

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL: INVESTIGANDO OS EFEITOS NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS GLOBAIS

Eder Baiaroski Lopes¹

Eixo 2 – Educação e Políticas Educacionais

Resumo: A internacionalização da educação superior tornou-se um componente essencial das políticas educacionais e sociais, impactando diretamente a formação acadêmica e cidadã dos estudantes. Este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas que regem a internacionalização no Brasil, com foco em Mato Grosso do Sul, avaliando seus impactos, desafios e contradições em comparação com modelos nacionais e globais. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica de políticas públicas sociais e educacionais, bem como estudos teóricos sobre a internacionalização do ensino superior. Os resultados indicam que, embora a internacionalização amplie oportunidades acadêmicas, ela também reforça desigualdades estruturais, especialmente devido à financeirização do ensino e à predominância de parcerias com países centrais. O estudo evidencia que a falta de equidade no acesso à mobilidade acadêmica e à cooperação internacional limita a democratização do conhecimento e a formação de cidadãos globais. Como contribuição, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre o papel do Estado e das universidades na promoção de uma internacionalização inclusiva e acessível, alinhada às necessidades locais e nacionais.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior; Políticas Educacionais; Cidadania Global; Ensino Superior no Brasil; Financeirização da Educação.

Introdução

A internacionalização da educação superior tornou-se eixo central das políticas educacionais globais, impulsionada por dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Segundo a Unesco (2015), envolve mobilidade acadêmica, parcerias institucionais e currículos voltados à formação de cidadãos globais. No Brasil, políticas públicas buscam ampliar a colaboração internacional, embora desafios como desigualdade social e má distribuição de recursos limitem sua efetividade.

Em Mato Grosso do Sul, o processo reflete diretrizes nacionais e globais, mas também particularidades regionais. A localização estratégica do estado, fronteiro com países da América Latina, favorece cooperação regional e intercâmbio estudantil. A questão central deste estudo é: como as políticas de internacionalização impactam a formação acadêmica e cidadã dos estudantes sul-mato-grossenses?

A pesquisa analisa políticas públicas educacionais e seus efeitos na formação de sujeitos críticos e engajados, aptos a atuar globalmente sem perder de vista o contexto local. Adota abordagem qualitativa, com análise bibliográfica fundamentada em autores que discutem políticas educacionais e os impactos do neoliberalismo nas universidades.

O artigo aborda a evolução histórica da internacionalização, as políticas brasileiras e seus reflexos regionais, os impactos na formação estudantil e, por fim, os desafios e perspectivas do processo no estado e no país.

Referencial teórico e histórico

A internacionalização da educação superior insere-se em um contexto amplo de transformações políticas, econômicas e sociais que impactaram diretamente as políticas

¹ Mestrando em educação pelo programa de pós-graduação em educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na linha de pesquisa história, política e educação. Licenciatura em letras-português/inglês e licenciatura em matemática na UFMS. Especialista em gestão escolar pela UFMS, e especialista em coordenação pedagógica e supervisão escolar na Universidade Candido Mendes.

educacionais ao longo da história. A partir de uma perspectiva crítica, a evolução desse fenômeno pode ser compreendida dentro de três grandes períodos: o liberalismo e o Estado mínimo, o Welfare State e a expansão da educação pública, e o advento do neoliberalismo, que reconfigurou as bases da educação superior, especialmente no Brasil. Além disso, a relação entre Estado e educação se reflete na regulação das universidades públicas e na crescente financeirização do ensino superior, aspectos fundamentais para compreender os desafios da internacionalização. Por fim, o conceito de cidadania global emerge como um horizonte normativo dentro das políticas educacionais, trazendo novos desafios para a formação acadêmica no Brasil.

A trajetória das políticas sociais e educacionais pode ser segmentada em três marcos históricos essenciais. O primeiro refere-se ao liberalismo e ao Estado mínimo, predominante entre os séculos XVIII e XIX, cuja principal característica era a mínima intervenção estatal na economia e na sociedade. Segundo Castel (2003), esse modelo foi marcado pela ausência de políticas educacionais amplas, sendo a educação tratada como um bem de consumo acessível apenas às elites privilegiadas. O Estado, nesse contexto, não assumia responsabilidade direta sobre a universalização do ensino, reforçando desigualdades estruturais. Esse modelo se refletiu na precarização das oportunidades educacionais e na exclusão da maioria da população do acesso ao ensino formal, um padrão que perdurou até meados do século XX.

Com a ascensão do Welfare State, no século XX, a educação passou a ser considerada um direito social fundamental. Como aponta Draibe (1993), a consolidação de políticas educacionais públicas buscou democratizar o acesso ao ensino, garantindo que a educação fosse uma ferramenta para a equidade social e o desenvolvimento econômico. Esse modelo consolidou-se em países europeus e em algumas nações da América Latina, onde governos progressistas investiram na ampliação das redes públicas de ensino superior, reforçando a ideia de que o conhecimento deveria ser tratado como um bem público acessível a todos. No Brasil, essa lógica resultou na expansão das universidades federais e estaduais, além da criação de políticas de financiamento estudantil voltadas para a população de baixa renda.

No entanto, a partir das décadas de 1980 e 1990, o advento do neoliberalismo promoveu uma reestruturação na educação superior. Harvey (2011) destaca que as reformas neoliberais transformaram a educação em uma mercadoria, promovendo a privatização do ensino e reduzindo o financiamento estatal às universidades. No Brasil, esse movimento resultou na expansão do setor privado e na adoção de políticas de incentivo à captação de recursos externos pelas universidades públicas, intensificando a busca pela internacionalização como estratégia de sobrevivência institucional. Esse processo gerou contradições, pois, ao mesmo tempo em que ampliou a oferta de ensino superior, aprofundou desigualdades, restringindo o acesso de classes populares a oportunidades educacionais de qualidade.

A relação entre Estado e educação superior tem se transformado ao longo dos anos, refletindo diferentes modelos de regulação e financiamento. No Brasil, a regulação das universidades públicas sempre esteve atrelada às diretrizes estatais, influenciadas por mudanças políticas e econômicas. Höfling (2001) analisa que as reformas educacionais, ao mesmo tempo em que ampliaram a autonomia universitária, intensificaram as demandas por eficiência e produtividade. Conforme a autora, a descentralização da gestão e a transferência de responsabilidades para as instituições de ensino foram acompanhadas por uma forte pressão por resultados, introduzindo mecanismos avaliativos pautados em critérios mercadológicos. Essa nova lógica de gestão inseriu as universidades em um contexto de competitividade global, onde a busca por parcerias internacionais e financiamento externo tornou-se essencial para a manutenção e expansão da pesquisa e do ensino superior. Como aponta Höfling (2001), as políticas educacionais passaram a articular-se diretamente às exigências do setor privado e às dinâmicas da economia global, deslocando a centralidade do ensino para a captação de recursos

e a mensuração de desempenho. Embora essa autonomia tenha possibilitado maior flexibilidade administrativa, também resultou em uma dependência crescente de fontes externas de financiamento, comprometendo a equidade no acesso e a qualidade do ensino público. Dessa forma, as reformas educacionais reforçaram as desigualdades existentes e consolidaram um modelo gerencialista que prioriza a eficiência sobre o direito à educação.

Outro aspecto central nesse processo é a financeirização da educação, que impacta diretamente a internacionalização do ensino superior. Brettas (2017) analisa que o modelo de capitalismo dependente do Brasil intensificou a necessidade de captar investimentos externos, condicionando a permanência das universidades públicas à busca por parcerias internacionais. Segundo a autora, a financeirização das políticas sociais no Brasil se expressa na crescente dependência das instituições públicas de ensino superior em relação a fundos e mecanismos de mercado. Essa dinâmica impulsionou as universidades a adotarem modelos de gestão focados na captação de recursos, alterando a estrutura e o propósito do ensino e da pesquisa.

Essa lógica tem efeitos diretos sobre a autonomia universitária e a função social da educação superior. Brettas (2017) aponta que o financiamento das universidades passou a ser regulado por diretrizes de austeridade fiscal, reforçando a lógica excludente que restringe o acesso de estudantes das camadas populares. Como consequência, o ensino superior público torna-se cada vez mais subordinado às demandas do mercado global, o que compromete sua missão de promover inclusão e desenvolvimento científico autônomo. Dessa forma, a internacionalização das universidades brasileiras, que poderia ser um instrumento de democratização do conhecimento, acaba por reforçar desigualdades estruturais, uma vez que a lógica do capital financeiro determina a viabilidade de projetos acadêmicos e a própria sustentabilidade das instituições públicas.

Ao comparar as políticas educacionais brasileiras com modelos internacionais, observa-se que países como Alemanha e França mantêm um forte financiamento estatal da educação superior, garantindo acesso universal e gratuito a estudantes nacionais. Em contrapartida, os Estados Unidos e o Reino Unido adotam um modelo baseado na captação de recursos privados e no pagamento de mensalidades pelos estudantes, o que amplia a desigualdade no acesso ao ensino superior. No Brasil, a coexistência desses modelos gera tensões e desafios para a consolidação de uma política de internacionalização que equilibre acesso e qualidade, especialmente no contexto de cortes orçamentários e aumento da influência do setor privado sobre a formulação de políticas educacionais.

A internacionalização da educação superior não se limita à mobilidade acadêmica ou à cooperação entre universidades; ela também está diretamente relacionada à formação de cidadãos globais. Segundo a Unesco (2015), a cidadania global refere-se à capacitação dos indivíduos para compreender e atuar em um mundo interconectado, promovendo valores como diversidade cultural, sustentabilidade e justiça social. Esse conceito tem sido incorporado em currículos universitários ao redor do mundo, reforçando a necessidade de preparar os estudantes para desafios globais que envolvem mudanças climáticas, desigualdades sociais e inovação tecnológica.

As diretrizes internacionais para a educação global enfatizam a necessidade de desenvolver currículos que contemplem temas transversais, preparando os estudantes para os desafios do século XXI. No entanto, a formação de cidadãos globais no Brasil enfrenta desafios estruturais, como a desigualdade educacional e as barreiras linguísticas, que dificultam a participação equitativa dos estudantes nos programas de internacionalização. Além disso, a falta de financiamento para projetos internacionais e a concentração das oportunidades em universidades de maior prestígio intensificam as disparidades regionais dentro do próprio país.

Dessa forma, compreender a internacionalização da educação superior exige uma abordagem que relacione a evolução das políticas educacionais, a atuação do Estado na

regulação do ensino e a perspectiva de cidadania global. Esses elementos são fundamentais para analisar criticamente os impactos e as contradições do processo de internacionalização no Brasil e, em especial, em Mato Grosso do Sul. A busca pela universalização do acesso ao ensino superior e pela equidade na distribuição das oportunidades educacionais segue sendo um dos principais desafios da atualidade, exigindo uma formulação de políticas públicas que alie internacionalização com inclusão social e desenvolvimento acadêmico de excelência.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se em uma análise documental, utilizando fontes acadêmicas que discutem políticas educacionais e sociais no contexto da internacionalização da educação superior, especialmente no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Foram examinados artigos científicos, livros teóricos, dados estatísticos e documentos de organizações internacionais, os quais oferecem embasamento teórico e histórico para a compreensão da temática.

Entre os referenciais teóricos clássicos analisados, destacam-se Draibe (1993), que examina as políticas sociais e os impactos do neoliberalismo na educação superior brasileira, Castel (2003), que discute a evolução da questão social e sua relação com a estruturação das políticas educacionais, Harvey (2011), que explora o impacto da financeirização e da liberalização do mercado na educação, e Mészáros (2004), que oferece uma visão crítica sobre os desafios da educação sob a influência neoliberal. Além disso, a pesquisa considerou estudos sobre a regulação do ensino superior no Brasil, como os de Hölfling (2001), que analisa a autonomia universitária e suas contradições, e Oliveira (2015), que discute a Nova Gestão Pública e suas implicações para as universidades. Brettas (2017) também é uma fonte essencial, pois examina a financeirização das políticas sociais e sua influência na internacionalização da educação superior. Pereira (2011) complementa essa discussão ao abordar os desafios das políticas sociais e sua relação com o papel do Estado na educação superior.

A pesquisa também se fundamenta em documentos institucionais e diretrizes internacionais, com destaque para o relatório da Unesco (2015), que apresenta diretrizes sobre a formação de cidadãos globais e a necessidade de inclusão e equidade nas políticas de internacionalização, além do guia da OXFAM (2015), que aborda a Educação para a Cidadania Global e a importância do ensino superior na preparação dos estudantes para desafios globais. No contexto da internacionalização no Brasil, foram analisadas as contribuições de Knight (2005), que discute estratégias e desafios da internacionalização da educação superior, e Morosini (2006), que apresenta um panorama das políticas educacionais brasileiras voltadas para esse processo.

A análise das políticas de mobilidade acadêmica e cooperação internacional foi embasada em estudos como os de Trow (2005), que examina a transição do ensino superior para o modelo de acesso universal e suas implicações para a internacionalização, e Santos (2004), que questiona o atual modelo de internacionalização das universidades e propõe uma reforma democrática para torná-lo mais inclusivo. Todos esses documentos foram selecionados com base na sua relevância acadêmica, atualidade e impacto na formulação das políticas públicas educacionais.

A abordagem metodológica do estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa de análise documental, que visa compreender a internacionalização da educação superior por meio da revisão crítica dos documentos mencionados. Essa metodologia é apropriada porque permite um aprofundamento na literatura acadêmica sem a necessidade de coleta de dados primários. O estudo dialoga diretamente com as transformações históricas da política educacional no Brasil e no mundo, relacionando teoria e prática para contextualizar a internacionalização dentro das dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. A seleção dos documentos seguiu critérios de

relevância e credibilidade, incluindo fontes de organizações internacionais e de pesquisadores renomados na área.

Além disso, a pesquisa estabelece uma estrutura analítica baseada na evolução das políticas educacionais, desde o liberalismo e o Estado mínimo até o advento do neoliberalismo e suas implicações para a internacionalização da educação superior. Isso garante uma abordagem crítica e comparativa, contrastando o modelo brasileiro com experiências internacionais, como as políticas educacionais na União Europeia e nos Estados Unidos. Dessa forma, a metodologia adotada assegura a consistência científica do estudo, alinhando as fontes teóricas ao objeto de pesquisa e garantindo que a estrutura do artigo corresponda à abordagem pretendida. Assim, a investigação não apenas discute a internacionalização da educação superior, mas também a relaciona criticamente às políticas sociais, econômicas e educacionais que moldam esse processo no Brasil e no mundo.

Discussão

A internacionalização da educação superior no Brasil, e especificamente em Mato Grosso do Sul, reflete uma série de dinâmicas políticas, econômicas e sociais influenciadas pelo neoliberalismo. Esta seção analisa os impactos do neoliberalismo na educação superior, examina as políticas públicas voltadas para a internacionalização no estado e discute as contradições e comparações entre o contexto brasileiro e as experiências internacionais, com uma fundamentação teórica aprofundada.

O avanço das políticas neoliberais na educação superior brasileira tem promovido transformações significativas, com destaque para a financeirização das políticas sociais e a adoção da Nova Gestão Pública.

A financeirização das políticas sociais, conforme Brettas (2017), evidencia um modelo de governança que transfere a responsabilidade da oferta educacional para a lógica do mercado, promovendo a alocação de recursos públicos para atender aos interesses do capital privado. Segundo Brettas as políticas sociais passaram a ser incorporadas pela lógica do capital financeiro, transformando-se em mais uma via de rentabilidade e subordinando-se aos interesses da acumulação. Essa dinâmica impõe uma reestruturação das políticas públicas, priorizando a eficiência econômica em detrimento da universalização dos direitos sociais (BRETTAS, 2017). Esse fenômeno impacta diretamente a internacionalização da educação superior, pois incentiva parcerias internacionais baseadas em critérios econômicos e de rentabilidade, em detrimento da cooperação acadêmica e da ampliação do direito à educação.

O neoliberalismo aprofunda as relações de dependência. A adoção de políticas de ajuste fiscal foram não apenas impostas por organismos multilaterais, mas referendados pelas grandes burguesias com atuação nos países dependentes. A ruptura de limites anteriormente existentes para a mobilidade do capital portador de juros passa a se constituir como uma alternativa para contornar a tendência decrescente da taxa de lucro e consiste em um dos principais traços da financeirização (Brettas, 2017, p. 63).

Além disso, esse processo intensifica a precarização do ensino, reduzindo investimentos públicos em prol de incentivos a instituições privadas, o que afeta diretamente universidades públicas de Mato Grosso do Sul, que dependem de recursos estatais para viabilizar programas de internacionalização. Brettas (2017) argumenta que a lógica da financeirização impõe uma nova configuração à política educacional, onde a eficiência e o retorno financeiro passam a ser os principais critérios de decisão. Essa mudança não apenas redefine o acesso às oportunidades de mobilidade acadêmica, como também limita a democratização do ensino superior ao restringir a participação de estudantes de baixa renda nesses processos.

Além disso, a Nova Gestão Pública (Oliveira, 2015) tem reformulado a governança universitária ao introduzir modelos de gestão baseados na eficiência e no cumprimento de metas de desempenho, impactando a lógica educacional e acadêmica. Oliveira (2015) destaca que o modelo de gestão pública adotado no Brasil incorporou princípios do gerencialismo empresarial, o que implicou na adoção de mecanismos de regulação baseados na mensuração de resultados e na racionalização dos gastos educacionais. Essa mudança reduz a autonomia universitária e reforça a mercantilização da educação, priorizando indicadores quantitativos em detrimento da qualidade do ensino e da pesquisa.

[...] pode ser observada em políticas e práticas que se mantêm do nível mais central até o nível local, como a adesão explícita de muitos diretores escolares aos programas de classificação por rendimento. Em recente pesquisa realizada com diretores de escolas públicas de cinco estados do país se constata a forte preocupação dos mesmos em orientar sua gestão para o cumprimento das metas de eficiência definidas com base no Ideb (Oliveira, 2015, p. 635).

A dependência de parcerias externas para manter a competitividade internacional das universidades em Mato Grosso do Sul intensifica sua vulnerabilidade financeira e dificulta a equidade no acesso a programas internacionais. Oliveira (2015) destaca que a Nova Gestão Pública subordinou a oferta educacional à lógica da eficiência econômica, limitando o alcance das políticas de inclusão e ampliando barreiras para estudantes de baixa renda.

A internacionalização no estado ocorre por meio de mobilidade acadêmica, parcerias institucionais e cooperação científica, mas enfrenta desafios como desigualdade no acesso, infraestrutura precária e instabilidade de financiamento público. Programas como o **Ciência sem Fronteiras** favoreceram estudantes com maior capital cultural e econômico, restringindo o acesso dos menos favorecidos devido a barreiras linguísticas e financeiras. Segundo a UNESCO (2015), a aprendizagem global deve ser acessível a todos, mas a ausência de políticas locais robustas e a escassez de bolsas limitam significativamente a participação de estudantes de baixa renda em Mato Grosso do Sul. Araújo (2011) enfatiza que o desmonte do Estado na educação transfere responsabilidades ao setor privado, dificultando a universalização do direito ao ensino e reforçando desigualdades estruturais.

As parcerias internacionais concentram-se majoritariamente em instituições da América do Norte e Europa, enquanto cooperações com o Sul Global permanecem limitadas. Isso reflete a posição periférica do Brasil e a influência de uma lógica eurocêntrica na formulação das políticas educacionais. A Unesco (2015) defende que a internacionalização deve promover equidade entre as regiões, mas a predominância de acordos com países desenvolvidos perpetua a hierarquização do conhecimento. Universidades de Mato Grosso do Sul, como UFMS e UEMS, encontram dificuldades para estabelecer parcerias com instituições asiáticas e africanas, limitando a diversificação cultural e acadêmica. Draibe (1993) aponta que as políticas educacionais no Brasil historicamente reproduzem modelos externos, reforçando a dependência de instituições do Norte Global e restringindo a autonomia acadêmica local. Para mitigar essa assimetria, é necessário expandir colaborações para além do eixo euro-americano e democratizar a produção de conhecimento.

O impacto da internacionalização na formação dos estudantes se reflete no desenvolvimento de competências globais, como fluência em idiomas e adaptação a contextos acadêmicos diversos. A Unesco (2015) defende que a educação para a cidadania global deve formar indivíduos críticos e colaborativos, mas a baixa recepção de estudantes estrangeiros em Mato Grosso do Sul compromete a troca de experiências e o aprendizado multicultural. Além disso, a falta de incentivos à participação docente em programas internacionais reduz o estabelecimento de redes acadêmicas duradouras. Castel (2003) ressalta que a exclusão de

grupos sociais da educação internacional aprofunda desigualdades e restringe a mobilidade acadêmica e social. Em universidades públicas do estado, a escassez de recursos inviabiliza a ampliação de intercâmbios docentes e limita inovações pedagógicas, reforçando barreiras ao desenvolvimento de uma internacionalização mais equitativa e inclusiva.

Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com o seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas, etc. Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos mal aquinhoadas dos vulneráveis que, por exemplo, ainda trabalham mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente alojados mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscienciosamente mas sabem que correm o risco de não terminar... Os “excluídos” são, na maioria das vezes os vulneráveis que estão “por um fio” e que caíram (Castel, 2003, p. 569).

A internacionalização da educação superior no Brasil apresenta contradições em comparação a modelos internacionais. Enquanto países da União Europeia garantem políticas estáveis e financiamento contínuo, no Brasil, essas iniciativas são fragmentadas e dependentes de ciclos políticos, comprometendo sua continuidade. A Unesco (2015) enfatiza que a internacionalização deve ser integrada às políticas educacionais de forma sustentável e equitativa, mas a instabilidade governamental impede a criação de estratégias de longo prazo, agravando desigualdades regionais, especialmente em estados periféricos como Mato Grosso do Sul. Pereira (2011) ressalta que políticas educacionais frágeis e submetidas a interesses políticos instáveis dificultam a manutenção e ampliação da cooperação acadêmica, prejudicando instituições de menor porte e recursos.

Outro ponto crítico é a exclusão social nos programas de mobilidade. Embora a expansão do ensino superior tenha aumentado o acesso, a internacionalização segue restrita às elites acadêmicas. Em países como Canadá e Alemanha, políticas garantem suporte financeiro para estudantes de baixa renda, tornando a mobilidade mais acessível. No Brasil, a falta de subsídios específicos perpetua barreiras socioeconômicas, restringindo a participação de estudantes menos favorecidos. A Unesco (2015) destaca que a equidade na internacionalização exige políticas estruturadas de inclusão, mas a ausência de um suporte financeiro efetivo reforça desigualdades educacionais. Behring (2007) argumenta que o neoliberalismo trata a educação como mercadoria, ampliando a precarização do ensino e restringindo oportunidades aos que podem pagar, o que torna a mobilidade acadêmica um privilégio para poucos.

Além disso, a internacionalização muitas vezes beneficia instituições estrangeiras, preparando recursos humanos para demandas do mercado global em detrimento da valorização do ensino nacional. Brettas (2017) aponta que o neoliberalismo aprofunda relações de dependência, subordinando o desenvolvimento educacional local aos interesses do capital global e comprometendo a autonomia científica. No caso de Mato Grosso do Sul, essa lógica é ainda mais prejudicial, dificultando a captação de investimentos e a consolidação de projetos autônomos. Harvey (2011) ressalta que a financeirização global direciona recursos para economias centrais, marginalizando instituições periféricas e limitando a expansão das redes acadêmicas em estados como Mato Grosso do Sul. Assim, sem políticas de internacionalização que priorizem a autonomia das universidades locais, o Brasil permanece em posição subordinada no cenário educacional global.

Esses bancos sempre tinham sido ativos no plano internacional, mas depois de 1973 isso se acentuou, ainda que se concentrasse no fornecimento de recursos

financeiros a governos estrangeiros. Isso exigiu a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais, e o governo norte-americano começou a promover e apoiar ativamente essa estratégia no nível global na década de 1970. Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York (Harvey, 2011, p. 37).

Nesse sentido, a internacionalização da educação superior em Mato Grosso do Sul reflete tanto avanços quanto desafios. Para que essa estratégia seja eficaz, é necessário um compromisso político com a construção de políticas públicas estáveis, inclusivas e alinhadas às necessidades locais, garantindo que a internacionalização beneficie um número maior de estudantes e não apenas as elites acadêmicas. Santos (2012) destaca que as políticas educacionais devem incorporar um compromisso concreto com a equidade, assegurando que as populações historicamente marginalizadas tenham acesso às oportunidades de internacionalização em condições igualitárias. Assim, a implementação de programas de suporte financeiro, o fortalecimento das parcerias com países do Sul Global e a maior integração das universidades locais a redes internacionais são fundamentais para transformar a internacionalização em um instrumento de inclusão social e desenvolvimento acadêmico sustentável.

A internacionalização da educação superior no Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul, reflete um processo fragmentado e subordinado a diretrizes governamentais instáveis e ao financiamento externo. Embora esteja prevista em políticas educacionais, sua implementação ocorre de maneira desigual, evidenciando as contradições do modelo neoliberal que orienta a educação superior brasileira. A crescente financeirização do ensino e a busca por competitividade global subordinam as universidades a lógicas de mercado, nas quais parcerias internacionais são estabelecidas de forma assimétrica, favorecendo instituições e países com maior capacidade econômica e acadêmica (Brettas, 2017).

A regulamentação da internacionalização ocorre por normativas como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabelece diretrizes sem, contudo, garantir mecanismos eficazes para ampliar a equidade no acesso às oportunidades internacionais. Como aponta Morosini (2006), a falta de articulação estratégica leva à predominância de iniciativas isoladas, favorecendo instituições que dispõem de maior captação de recursos e intensificando desigualdades regionais. Essa lógica reflete as premissas da Nova Gestão Pública, que impõe às universidades a lógica da eficiência e do desempenho produtivo em detrimento da ampliação do direito à educação (Oliveira, 2015).

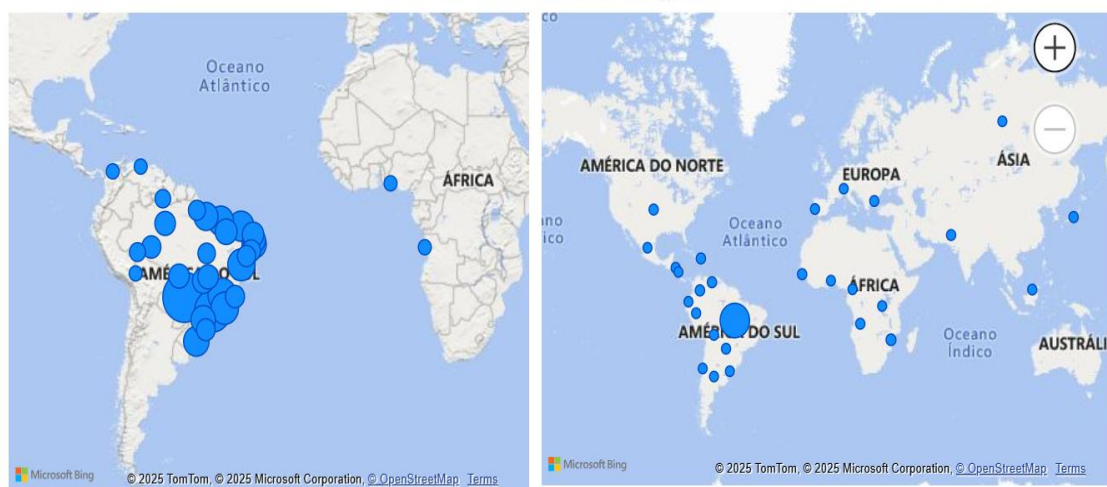
O modelo de cooperação acadêmica brasileiro é fortemente influenciado por organismos internacionais e pelo Norte Global, que ditam as diretrizes da mobilidade acadêmica, reforçando relações desiguais. Knight (2005) argumenta que a internacionalização deveria estar integrada às necessidades locais, mas, na prática, submete instituições de países periféricos a interesses externos, promovendo assimetrias institucionais. Essa realidade é especialmente sentida por universidades públicas em estados periféricos, como Mato Grosso do Sul, que enfrentam dificuldades para estabelecer parcerias sem estar subordinadas a demandas mercadológicas.

Os impactos sociais e educacionais dessa política de internacionalização ainda carecem de análises mais detalhadas, especialmente sobre sua efetividade na democratização do ensino. Dados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), disponíveis no portal **Números UFMS**, indicam que 99,21% dos estudantes da pós-graduação são brasileiros, enquanto apenas 0,79% são estrangeiros, evidenciando a baixa inserção internacional e a necessidade de políticas mais eficazes para ampliar a mobilidade acadêmica.

Imagem 1

Nacionalidade	Alunos
Brasil	11232
Mozambique	25
Colômbia	7
Guiné-Bissau	6
Japão	6
Venezuela	5
Angola	4
Estados Unidos da América	4
Haiti	4
Paquistão	3
Bolívia	2
Brunei	2
Bulgária	2
Honduras	2
Paraguai	2
Peru	2
Portugal	2
Argentina	1
Burundi	1
Camarões	1
Chile	1
Equador	1
México	1
Nicarágua	1
Rússia	1
Suécia	1
Togo	1
Uruguai	1

País e Estado de Origem



Fonte: UFMS (2025)

A participação de estudantes internacionais na pós-graduação da UFMS é reduzida e fortemente regionalizada. A maioria dos alunos estrangeiros vem da América Latina, refletindo proximidade geográfica, afinidade linguística e acordos bilaterais entre governos. A baixa presença de estudantes de outros continentes reforça os desafios da universidade em atrair um público mais diversificado. Esse cenário evidencia o papel da UFMS na formação de profissionais locais, mas também aponta para a necessidade de ampliar sua inserção no cenário nacional e internacional.

Além disso, a internacionalização da educação superior no Brasil ainda enfrenta barreiras estruturais e financeiras, reproduzindo desigualdades dentro das próprias universidades. Como argumenta Santos (2012), a democratização universitária no século XXI deve assegurar que a mobilidade internacional não seja um privilégio restrito à elite acadêmica. No entanto, os programas vigentes favorecem estudantes de maior poder aquisitivo, que dispõem de melhores condições para arcar com custos adicionais e já possuem domínio de idiomas estrangeiros, dificultando o acesso de alunos de baixa renda a essas oportunidades.

A formação docente também enfrenta desafios nesse contexto. Embora haja incentivos para a publicação em periódicos internacionais e parcerias científicas, universidades periféricas como as de Mato Grosso do Sul ainda lutam para construir redes acadêmicas sólidas. Como observa Draibe (1993), a dependência acadêmica dos países periféricos é mantida quando as relações internacionais são pautadas por critérios de subordinação científica, transformando as universidades locais em reprodutoras de conhecimento externo, sem autonomia para a produção acadêmica própria. Assim, sem políticas estruturadas para fortalecer a independência

universitária, a internacionalização corre o risco de perpetuar a colonialidade do saber, em vez de promover uma integração acadêmica mais equitativa.

Os dados da nacionalidade dos docentes da UFMS, segundo o portal *Números UFMS*, reforçam essa análise. O corpo docente é amplamente dominado por brasileiros (1550), evidenciando a baixa inserção internacional. A presença estrangeira, ainda que existente, é majoritariamente composta por docentes da América Latina, como Peru (5), Colômbia (2) e Paraguai (2), o que indica uma internacionalização regionalizada. A participação de docentes europeus e africanos, como Portugal (5), África do Sul (4) e Moçambique (2), é ainda mais reduzida, sugerindo que a mobilidade acadêmica ocorre de forma limitada e concentrada em países com relações históricas com o Brasil.

Imagem 2

Nacionalidade	Docentes
Brasil	1550
Peru	5
Portugal	5
África Do Sul	4
República Centro Africana	3
Colômbia	2
Cuba	2
Moçambique	2
Paraguai	2
Venezuela	2
Argentina	1
Bolívia	1
Chile	1
Congo	1
El Salvador	1
França	1
Hungria	1
Irlanda	1
Itália	1
Uruguai	1

Fonte: UFMS (2025)

A escassez de docentes oriundos de países anglófonos e de centros acadêmicos consolidados aponta para entraves burocráticos e financeiros na contratação de profissionais internacionais. Como argumentam Behring e Boschetti (2007), as políticas sociais sob o neoliberalismo são orientadas pela racionalidade econômica, limitando investimentos em áreas consideradas pouco rentáveis, como a ampliação do corpo docente internacional. Assim, a UFMS enfrenta dificuldades para atrair talentos estrangeiros, enquanto universidades de outros países adotam políticas mais abertas à internacionalização.

Para superar essas limitações, é essencial a criação de um Plano Nacional de Internacionalização, com diretrizes claras e financiamento público que assegurem equidade na mobilidade acadêmica. Além disso, o fortalecimento de parcerias com países do Sul Global pode reduzir a dependência de cooperações assimétricas com nações desenvolvidas, promovendo redes acadêmicas mais diversas e colaborativas. Outro ponto crucial é a ampliação de bolsas de estudo e suporte financeiro para estudantes de baixa renda, garantindo que a internacionalização não reforce desigualdades preexistentes.

Também é necessário investir na capacitação docente e na estruturação de redes acadêmicas locais, permitindo a produção de conhecimento endógeno e o fortalecimento da autonomia universitária. Conforme apontam Mészáros (2004) e Harvey (2011), o avanço da financeirização do ensino superior impõe desafios à produção científica crítica e autônoma, pois transforma as universidades em agentes do mercado global. Superar essa lógica exige políticas que priorizem a educação como um direito, e não como mercadoria.

Portanto, para que a internacionalização da educação superior em Mato Grosso do Sul cumpra seu potencial transformador, é fundamental romper com a lógica excludente e dependente que caracteriza muitas dessas políticas. O aprimoramento da regulação e implementação da internacionalização deve garantir um acesso mais democrático, um impacto social mais significativo e a valorização da produção acadêmica nacional. Somente assim a internacionalização poderá ser um instrumento real de desenvolvimento científico e social, e não apenas uma estratégia de adaptação à lógica do mercado.

Conclusão

Este estudo analisou o impacto das políticas de internacionalização na educação superior em Mato Grosso do Sul, evidenciando tanto desafios quanto oportunidades desse processo. Os achados indicam que a internacionalização, impulsionada por um contexto neoliberal, tem sido amplamente condicionada à financeirização e à busca por parcerias internacionais que, em muitos casos, reforçam a dependência acadêmica e econômica das instituições de ensino superior em relação a países centrais. Essa realidade compromete a equidade no acesso às oportunidades internacionais e acentua as desigualdades estruturais do ensino superior brasileiro.

Dentre os principais desafios, destaca-se a dificuldade das universidades públicas em garantir autonomia acadêmica diante da necessidade de captar recursos externos. A adoção de modelos de gestão pautados na eficiência e na lógica de mercado tem limitado a democratização do ensino, restringindo a participação de estudantes das camadas populares nos programas de mobilidade acadêmica e cooperação internacional. Além disso, a predominância de parcerias com países do Norte Global reforça uma assimetria no intercâmbio de conhecimento, dificultando a diversificação das experiências acadêmicas e científicas.

No entanto, há também oportunidades que podem ser exploradas para transformar a internacionalização em um mecanismo de inclusão e fortalecimento acadêmico. O fortalecimento de parcerias com países do Sul Global, a ampliação de programas de suporte financeiro e políticas públicas mais robustas e inclusivas podem contribuir para tornar a internacionalização mais equitativa e acessível. Além disso, políticas institucionais que promovam a recepção de estudantes estrangeiros e incentivem a formação de redes acadêmicas diversificadas podem ampliar os impactos positivos da internacionalização.

No que se refere à formação acadêmica e cidadã dos estudantes em Mato Grosso do Sul, as políticas de internacionalização impactam diretamente a construção de competências globais e a inserção dos alunos em um cenário de crescente interconectividade. No entanto, a exclusão de grupos historicamente marginalizados desse processo compromete sua função social. Assim, para que a internacionalização cumpra seu potencial transformador, é fundamental que futuras pesquisas explorem formas de ampliar o acesso equitativo a essas oportunidades e avaliem os impactos concretos da mobilidade acadêmica na trajetória dos estudantes, especialmente os de baixa renda. O desenvolvimento de políticas que promovam a internacionalização sem reforçar desigualdades existentes deve ser uma prioridade para o fortalecimento da educação superior no Brasil.

Portanto, respondemos à questão central: como as políticas de internacionalização impactam a formação acadêmica e cidadã dos estudantes em Mato Grosso do Sul? As políticas de internacionalização impactam a formação acadêmica e cidadã dos estudantes em Mato Grosso do Sul de maneira complexa e ambivalente. Por um lado, promovem a qualificação profissional, o desenvolvimento de competências globais e a inserção dos estudantes em redes acadêmicas internacionais. Por outro, refletem desigualdades estruturais do ensino superior brasileiro e consolidam a dependência acadêmica e econômica das universidades públicas em relação a instituições estrangeiras e ao financiamento externo. A internacionalização, no atual

modelo neoliberal, tem sido amplamente condicionada à financeirização da educação e à adoção de uma lógica de mercado que subordina a universidade às dinâmicas do capital global. Esse cenário compromete a equidade no acesso a oportunidades acadêmicas internacionais, favorecendo predominantemente alunos de maior poder aquisitivo, enquanto restringe a participação dos estudantes de baixa renda.

A necessidade de captação de investimentos externos impõe desafios adicionais às universidades públicas, que precisam equilibrar sua missão educacional com a pressão para se tornarem financeiramente sustentáveis dentro de um modelo gerencialista. A busca por eficiência e produtividade acadêmica, muitas vezes associada a parcerias internacionais estratégicas, pode limitar a autonomia universitária e a democratização do ensino. Assim, os programas de mobilidade acadêmica e cooperação internacional, que poderiam ser vetores de democratização do conhecimento, acabam reforçando barreiras sociais e econômicas. Além disso, a predominância de parcerias com países do Norte Global contribui para uma assimetria no intercâmbio de conhecimento, dificultando a diversificação das experiências acadêmicas e científicas.

No entanto, a internacionalização também apresenta oportunidades que, se bem estruturadas, podem fortalecer a educação superior como um mecanismo de inclusão e desenvolvimento acadêmico. O fortalecimento de parcerias com países do Sul Global, a ampliação de programas de suporte financeiro e a implementação de políticas públicas mais robustas podem contribuir para uma internacionalização mais equitativa e acessível. Além disso, a criação de políticas institucionais que incentivem a recepção de estudantes estrangeiros e estimulem a formação de redes acadêmicas diversificadas pode potencializar os impactos positivos da internacionalização.

No que se refere à formação cidadã, a internacionalização pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de uma visão global e na construção de valores de cidadania intercultural. Contudo, a exclusão de grupos historicamente marginalizados desse processo compromete sua função social e reforça desigualdades preexistentes. Para que a internacionalização cumpra seu potencial transformador, é essencial ampliar o acesso equitativo a essas oportunidades e avaliar os impactos concretos da mobilidade acadêmica na trajetória dos estudantes. Dessa forma, o desenvolvimento de políticas que promovam a internacionalização sem acentuar as desigualdades já existentes deve ser uma prioridade para o fortalecimento da educação superior no Brasil.

Referências

ARAUJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”. **Educação e Revista**, Curitiba, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04/03/2025.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Temporalis, Brasília, v. 17, p. 53-76, 2017.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo: dossiê liberalismo/neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HÖLFING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior**: desafios e estratégias. São Paulo: Editora Oikos, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Internacionalização da educação superior**: reflexões políticas, pedagógicas e curriculares. Brasília: INEP, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul.-set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00625.pdf>. Acesso em: 04/03/2025.

OXFAM. **Educação para a Cidadania Global**: Um Guia para as Escolas. Oxford: Oxfam, 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

TORRES, Carlos Alberto. Educação para a Cidadania Global: uma estrutura alternativa para um futuro incerto. **Política e Prática**: Uma Revisão da Educação para o Desenvolvimento, n. 24, p. 41-62, 2017.

TROW, Martin. Reflexões sobre a transição da elite para a massa e para o acesso universal: formas e fases do ensino superior nas sociedades modernas desde a Segunda Guerra Mundial. In: ALTBACH, Philip; GUMPORT, Patricia; JOHN, Robert (Eds.). **Ensino superior americano no século 21**: desafios sociais, políticos e econômicos. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005. p. 243-280.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015. Tradução de Rita Brossard. ISBN 978-85-7652-200-3.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Números UFMS**. 2025
Disponível em: <https://numeros.ufms.br/sobre>. Acesso em: 05 mar. 2025.